



TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO CEARÁ



CONTAS DO GOVERNADOR

EXERCÍCIO 2024



Relatório Síntese

Versão em linguagem simples

CONTAS DO GOVERNADOR

EXERCÍCIO 2024



**Seja bem-vindo ao relatório
sobre as Contas do Governador
do estado do Ceará de 2024.**

As Contas de Governo do Ceará de 2024, analisadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE Ceará), estão agora disponíveis em um relatório de fácil compreensão para toda a população.

Neste documento você vai encontrar um resumo sobre a análise técnica feita pelo TCE Ceará e, assim, conhecer os principais resultados alcançados pelo Governo do Ceará em 2024.

Você também vai saber qual foi o resultado do parecer prévio da apreciação dessas contas emitido pelo colegiado do TCE Ceará.

Ter acesso a essas informações é fundamental para entender como o Ceará está sendo administrado.

Com isso, você, cidadão, pode participar ativamente da fiscalização do governo, afinal sua participação é crucial para garantir uma gestão pública cada vez mais eficiente e responsável.

Ao longo do caminho, vamos explicar alguns conceitos para você entender tudo bem direitinho e, assim, exercer o controle social.

É o TCE Ceará promovendo a transparência e permitindo que a sociedade acompanhe de perto o uso do dinheiro público.



Todos os anos, o Governador do estado precisa mostrar o que ocorreu em sua gestão.

Ele faz isso por meio de um processo chamado "Prestação de Contas de Governo".



A obrigação do governador de prestar contas está prevista nas Constituições Federal e Estadual.

Porque é importante que o Governador preste contas?

Porque é por meio desse processo que o Governador mostra aos cidadãos e aos órgãos de controle como o dinheiro público foi gasto e quais os resultados alcançados.

Isso garante a transparência e permite que a sociedade acompanhe e fiscalize o uso do dinheiro público.



A prestação de contas do Governador é analisada por dois órgãos: o Tribunal de Contas do estado e Assembleia Legislativa.



O TCE Ceará examina as contas do governador e emite um parecer prévio.

Esse processo se dá em três grandes etapas:



Análise pelo corpo técnico do Tribunal



Manifestação do Ministério Público de Contas



Apreciação pelo plenário e emissão do parecer prévio



ALECE

A Assembleia Legislativa (que no Ceará é conhecida como ALECE) tem o poder de decidir sobre as contas do governador.

Os deputados estaduais que compõem a ALECE recebem o parecer prévio do TCE Ceará e votam pela aprovação ou não das contas.



Como é feita a análise técnica da prestação de contas do governador no TCE Ceará?



O corpo técnico do tribunal avalia o desempenho da administração estadual em diversos aspectos como regras fiscais, transparência, situação sócioeconômica, entre outros.

Nesse relatório vamos apresentar de uma forma bem simples os principais pontos dessa análise para as contas do governador do ano de 2024. Veja os principais temas:

1

Análise sobre como estava a economia e a sociedade cearense

2

Análise do orçamento planejado e executado pelo governo

3

Avaliação sobre a posição financeira, orçamentária e patrimonial do Estado

4

Verificação dos gastos obrigatórios com saúde e educação e dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal

5

Análise sobre a transparência das ações do governo

6

Cumprimento das recomendações anteriores feitas pelo TCE Ceará



1 Análise sobre a economia e a sociedade cearense

Para avaliar a economia de uma região é importante examinar indicadores como o **PIB**, a **Balança Comercial** e a **Inflação**. Esses indicadores foram analisados nas contas de governo 2024. Confira:

PIB (Produto Interno Bruto)

O PIB é a soma de todos os bens e serviços produzidos por um país, estado ou município, em um determinado período. Ele é uma medida da atividade econômica de uma região.

O PIB do Ceará cresceu significativamente, superando o crescimento nacional.



↑ **6,5%**
de aumento em 2024



↑ **3,4%**
de aumento em 2024

O **PIB** do Ceará de 2024 **superou o resultado de 2023**.

↑ **2,4%**
de aumento em 2023



↑ **6,5%**
de aumento em 2024



O PIB é calculado com base em dados sobre agropecuária, indústria e serviços. Veja como cada uma dessas áreas afetou o PIB do Ceará em 2024:

Agropecuária

↑ **25,2%**
de alta

As chuvas impulsionaram o resultado. A pecuária também contribuiu.

Produtos em alta:



Indústria

↑ **10,6%**
de alta

Setores em alta:



Indústria da transformação



Construção

Serviços

↑ **4,3%**
de alta

Setores com bom desempenho:



Serviços prestados à família



Comércio e reparos de veículos



1 Análise sobre a economia e a sociedade cearense

Balança comercial

A balança comercial registra todas as importações e exportações de mercadorias feitas em um ano. Ela pode se comportar de três maneiras:



Balança com saldo positivo

Quando as exportações são maiores que as importações.



Balança com saldo nulo

Quando há equilíbrio entre as exportações e as importações.



Balança com saldo negativo

Quando as exportações são menores que as importações.

Ela é um termômetro importante da atividade econômica de um estado, refletindo sua capacidade de produzir e competir, bem como sua dependência do comércio com outras regiões.



A **balança comercial** do Ceará em 2024 **fechou em queda**.

- US\$1,5 bilhão

Tanto as exportações como as importações fecharam em queda. Veja os principais resultados do Ceará no período:

Exportações

↓ 27,8%
de queda

Principais produtos exportados:



Ferro fundido, ferro e aço



Calçados e semelhantes



Frutas, cascas de frutos cítricos

Países que mais compraram do Ceará:



Estados Unidos 44,9%



Países Baixos (Holanda) 4,4%



México 3,9%

Importações

↓ 5,6%
de queda

Principais produtos importados:



Combustíveis minerais



Máquinas e materiais elétricos



Ferro fundido, ferro e aço

Países que mais venderam para o Ceará:



China 38,9%



Estados Unidos 14,2%



Rússia 5,7%



1 Análise sobre a economia e a sociedade cearense

Inflação

A inflação pode ser entendida como o aumento generalizado e contínuo dos preços de bens e serviços em uma economia durante um determinado período.

Quando a inflação ocorre, o poder de compra da moeda diminui, o que significa que, com a mesma quantidade de dinheiro, é possível comprar menos produtos e serviços do que antes.

Os dois principais índices de inflação utilizados no Brasil são:

Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)

Mede a inflação para a maioria das famílias brasileiras, desde as que ganham pouco até as que ganham mais (de 1 a 40 salários mínimos).

Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC)

Mede a inflação para as famílias que ganham menos (de 1 a 5 salários mínimos) e que, portanto, sentem mais o impacto da alta de preços dos itens básicos.

A Região Metropolitana de Fortaleza encerrou 2024 com **IPCA um pouco maior que o do Brasil.**



4,9%  Ceará

foi o valor do IPCA da Região Metropolitana de Fortaleza em 2024.

4,8%  Brasil

foi o valor do IPCA registrado para o Brasil em 2024.

Já o resultado do **INPC** da Região Metropolitana de Fortaleza foi **praticamente o mesmo do Brasil.**

4,76%  Ceará

INPC da Região Metropolitana de Fortaleza em 2024

4,77%  Brasil

INPC do Brasil em 2024



1 Análise sobre a economia e a sociedade cearense

Já a análise da realidade social do Ceará em 2024 foi feita por meio do exame de alguns indicadores sociais, que procuram refletir como andam as condições de vida, o acesso a direitos e a qualidade dos serviços públicos oferecidos a uma comunidade.

Confira alguns indicadores sociais analisados nas contas de governo 2024:

Educação, trabalho e renda



O Ceará obteve o melhor resultado do Ideb do Ensino Fundamental (anos iniciais) em relação aos anos anteriores para rede de ensino estadual.*

*Os dados mais recentes do IDEB são de 2023

IDEB é a sigla para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Ele mede a qualidade do aprendizado na educação básica brasileira e estabelece metas para a melhoria do ensino.

O Ceará registrou um **saldo positivo de empregos formais em 2024.**

56,2 mil empregos formais com carteira assinada

Segurança pública

O número de **crimes violentos letais e intencionais** em 2024 **foi 10,2% maior** em relação a 2023.

2.970 → **3.272**
crimes em 2023 crimes em 2024

Esse número inclui homicídios, feminicídios, lesão corporal ou roubo seguidos de morte.



Os **crimes violentos contra o patrimônio diminuíram 16,3%** em 2024.

42.607 → **35.657**
crimes em 2023 crimes em 2024

Inclui todos os tipos de roubo.



2 Análise do orçamento planejado e executado pelo governo

Os governantes precisam planejar como irão utilizar o dinheiro público. Isso é importante porque o dinheiro do governo é pouco, mas o povo sempre precisa de muitos serviços, como saúde e educação.

Para poder gastar, o governo precisa de permissão. No Brasil, essa permissão vem de três importantes leis orçamentárias (PPA, LDO e LOA).

Confira os principais resultados do governo do Ceará em 2024 relacionados a cada uma dessas leis:

Plano Plurianual (PPA)

O PPA Define diretrizes, objetivos e metas para 4 anos. Veja os resultados do Ceará em 2024 sobre temas tratados no PPA:

As diretrizes do PPA estão agrupadas em 3 tipos de **programas que tiveram altos níveis de execução.**

	empenhou	executou
Administrativo despesas com os órgãos da administração	R\$ 6,7 bilhões	97,2% do previsto
Especiais despesas com encargos, previdência e reservas	R\$ 9,7 bilhões	71,6% do previsto
Finalístico gastos para atender as demandas da sociedade	R\$ 27,1 bilhões	88,1% do previsto

Dentre os programas finalísticos, os maiores gastos foram com:	Saúde (eixo 6).....R\$ 5,7 bilhões
	Segurança (eixo 5).....R\$ 4,6 bilhões
	Educação (eixo 4).....R\$ 3,4 bilhões



Em algumas iniciativas, a meta superou 10.000% do programado.

Os programas são colocados em prática por meio de iniciativas que tem metas a serem alcançadas. Metas com resultado muito maior do que o programado podem indicar que o planejamento não foi muito bom.



2 Análise do orçamento planejado e executado pelo governo

Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)

A LDO prioriza como o dinheiro deve ser gasto. Confira os resultados do Ceará em 2024 sobre temas tratados na LDO:



Embora tenha avançado em comparação com anos anteriores, o governo **ainda não atendeu completamente o dever de criar regras** para controlar custos e avaliar programas.

Essas regras devem estar previstas na LDO. Elas ajudam a analisar como o dinheiro está sendo gasto e a avaliar se as despesas podem (ou não) ser aumentadas.

○ **equilíbrio entre receitas e despesas totais foi observado** na LDO.

É muito importante que receitas e despesas estejam equilibradas para evitar problemas como endividamento, cortes ou interrupção de serviços públicos, dentre outros.

O governo estadual **não apresentou na LDO medidas para compensar a renúncia de receita.**



A renúncia de receitas acontece quando o governo decide deixar de arrecadar dinheiro que, por lei, ele teria direito. Ela ocorre para dar incentivos ou benefícios a pessoas, empresas ou setores da economia.

O governo deixa de arrecadar e, por isso, precisa prever formas de compensar essa perda.

R\$ 4,9 bilhões → R\$ 2,5 bilhões
Renúncia de receitas estimada para 2024 Renúncia de receitas estimada para 2023



A Renúncia de receitas estimada para 2024 foi quase duas vezes maior que o valor estimado para 2023.

○ **o dinheiro movimentado da reserva de contingência** do Ceará em 2024 **está entre os usos permitidos na LDO.**

A reserva de contingência representa o dinheiro que é guardado para ser usado nas eventualidades.

R\$ 25 milhões

Reserva de contingência fixada para 2024

R\$ 446,8 milhões

Reserva do RPPS para 2024



2 Análise do orçamento planejado e executado pelo governo

Lei Orçamentária Anual (LOA)

A LOA detalha tudo que será arrecadado e gasto em 1 ano. Veja os resultados do Ceará em 2024 em relação ao que foi previsto na LOA:

Em 2024, o Governador podia usar 28% do total do orçamento para aumentar gastos que já existiam (**abrir créditos suplementares**). Ele **usou apenas 12%** desse limite, **ficando dentro do permitido**.



Os valores fixados na LOA podem ser alterados durante o ano, desde que dentro do limite que a própria LOA estabelece!

A LOA estimou receitas correntes e de capital



	previsto (bilhões)	arrecadado (bilhões)	
Receita corrente R\$ 47,4	R\$ 50,4		Arrecadou mais do que o previsto
dinheiro que entra sempre, de forma regular, no caixa do governo e é usado para pagar as contas do dia a dia			
Receita de capital R\$ 5,1	R\$ 1,3		Arrecadou menos do que o previsto
dinheiro que entra de vez em quando, para bancar grandes investimentos ou para pagar dívidas.			
Receita total	R\$ 52,5	R\$ 51,7	

A LOA fixou também despesas correntes e de capital.

	fixada (bilhões)	empenhada (bilhões)	
Despesa corrente	R\$ 38,8	R\$ 37,4	
É o gasto do dia a dia do governo (manter a máquina pública e entregar serviços básicos).			
Despesa de capital	R\$ 10,5	R\$ 5,9	
É o gasto com investimentos (aumentar patrimônio ou melhorar estrutura para o futuro).			
Despesa total	R\$ 49,3	R\$ 43,3	Economia orçamentária Gastou menos do que arrecadou



3 Posição financeira, orçamentária e patrimonial do Estado

As demonstrações contábeis também fazem parte das prestações de contas do governador. Elas nada mais são que relatórios que apresentam informações sobre o orçamento, o patrimônio e as finanças do governo.

Veja a análise das demonstrações contábeis das contas de governo 2024:

Balanço orçamentário

Compara o que foi planejado gastar e arrecadar (o orçamento) com o que realmente aconteceu.



Em 2024, o governo **arrecadou menos** do que o previsto.

R\$ 44,4 bilhões **R\$ 42,1** bilhões

Receita prevista
dinheiro que estava previsto para entrar no caixa do governo

Receita realizada
dinheiro que efetivamente entrou no caixa do governo

Por outro lado, **gastou menos do que previa gastar.**

R\$ 46,4 bilhões **R\$ 43,3** bilhões

Despesa prevista
dinheiro que estava previsto para ser gasto pelo governo

Despesa realizada
dinheiro que efetivamente foi gasto pelo governo

Balanço financeiro

É como um "extrato bancário" de um período, mostrando o que entrou e o que saiu de dinheiro do caixa do governo.

Tanto as **receitas arrecadadas** (dinheiro que entrou nos cofres públicos) como as **despesas empenhadas** (dinheiro que o governo prometeu gastar) **aumentaram**.

↑ **12,2%**

Receita orçamentária
arrecada no orçamento

↑ **15,7%**

Despesa orçamentária
empenhada no orçamento

O Ceará terminou 2024 com um **resultado financeiro negativo**. Ou seja, **gastou mais do que arrecadou**.

⊖ **R\$ 818,8** milhões
resultado financeiro negativo

↓ **219,3%** de queda quando comparado com o resultado positivo de 2023.





3 Posição financeira, orçamentária e patrimonial do Estado

Balço patrimonial

É como uma "foto" dos bens, direitos e dívidas de um governo em um momento específico. Confira o balanço patrimonial do Ceará em 2024:

O **patrimônio líquido** do Ceará **fechou 2024 negativo**.



Ativo	R\$ 73,6 bilhões
tudo o que o governo possui e que tem valor econômico	
Passivo exigível	R\$ 117,5 bilhões
dívidas que o governo possui com terceiros e que precisam ser pagas em uma data específica.	
Patrimônio Líquido negativo	-R\$ 43,9 bilhões
dívidas que o governo possui com terceiros e que precisam ser pagas em uma data específica.	

Em 2024, o **passivo do Ceará aumentou 427,4%** em relação a 2023.

O passivo representa todas as obrigações financeiras e dívidas que o governo possui. O aumento do passivo em 2024 se deu principalmente pela grande mudança nas Provisões Matemáticas Previdenciárias (dinheiro que precisa ser reservado hoje para cumprir obrigações previdenciárias futuras).

R\$ 1,9 bilhões	→	R\$ 91,7 bilhões
Provisões Matemáticas Previdenciárias em 2023		Provisões Matemáticas Previdenciárias em 2024

A **dívida ativa aumentou em 2024** em relação a 2023

A dívida ativa abrange os débitos que pessoas físicas ou jurídicas têm com o governo e que não foram pagos dentro do prazo.

R\$ 12,4 bilhões	→	R\$ 13 bilhões
Dívida ativa em 2023		Dívida ativa em 2024

↑ 4,5% de aumento em relação a 2023.





3 Posição financeira, orçamentária e patrimonial do Estado

Além dos balanços, há outras demonstrações contábeis que compõem prestações de contas do governador. Veja como foi a análise:

Demonstrativo das Variações Patrimoniais

Mostra as alterações do patrimônio ao longo do ano.



Em 2024, houve **redução do Patrimônio Líquido**.

R\$ 4,6 bilhões → **R\$ -14,2** bilhões
Resultado patrimonial positivo em 2023 Resultado patrimonial negativo em 2024

↓ 406,8%
de decréscimo em relação a 2023

Demonstrativo dos Fluxos de Caixa

Permite analisar a capacidade do ente de gerar caixa e utilizar recursos próprios e de terceiros em suas ações.

Houve uma **queda de 218,85% da geração líquida de caixa** e equivalentes de caixa negativos em relação ao resultado de 2023.

Isso indica que os recursos não foram suficientes para cobrir as despesas a serem pagas, como também financiar investimentos, o que pode gerar reflexos negativos no caixa do Estado.



Demonstrativo das Mutações do Patrimônio líquido



Houve um **aumento do resultado negativo de 3,91%** em relação a 2023.

− R\$ 372 milhões de prejuízos acumulados

Esse demonstrativo é obrigatório apenas para empresas estatais (S.A.) que recebem auxílio do governo. No Ceará, em 2024, com essas características, existe apenas a COHAB, que se encontra em extinção.



4 Gastos realizados, incluindo despesas obrigatórias com saúde e educação, e cumprimento dos limites da LRF

O governo tem muitas demandas da sociedade para atender, mas o dinheiro nem sempre é suficiente para tudo.

Por isso, os gestores precisam definir prioridades e seguir as regras de gastos que estão nas leis. Veja a análise sobre esse assunto:

Despesas com educação

Fundeb é a sigla para Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. O dinheiro desse fundo é a principal fonte de financiamento da educação básica pública no Brasil.

O dinheiro desse fundo pode ser usado para despesas como remuneração e formação de professores e outros profissionais da educação; construção, reforma e manutenção de escolas; compra de equipamentos e material didático e outros.



O Ceará cumpriu o limite de aplicação mínima de 70% do dinheiro do FUNDEB com pagamento de remuneração dos profissionais da educação básica

R\$ 2,9 bilhões

valor aplicado



Que representa
90,7%

dos recursos do Fundeb



Esse percentual supera os 70% previstos na Constituição Federal

Além dos gastos com o Fundeb, o gestor é obrigado por lei a usar pelo menos 25% da receita de impostos do estado para a educação. Isso é uma exigência da Constituição Federal e mostra a importância de investir em educação.

O governo do Ceará cumpriu o limite mínimo de aplicação de 25% da receita líquida de impostos e transferências em gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino

R\$ 8,2 bilhões

valor aplicado



Que representa
25,3%

da receita líquida



Esse percentual supera os 25% previstos na Constituição Federal





4 Gastos realizados, incluindo despesas obrigatórias com saúde e educação, e cumprimento dos limites da LRF

Despesas com saúde

Fiscalizar o uso do dinheiro que vem dos impostos é essencial, afinal os recursos são poucos, mas as demandas dos cidadãos são altas.

O governo é obrigado, por lei, a usar pelo menos 12% desse total com a saúde. Essa é uma forma de assegurar que a saúde da população seja uma prioridade e não falte dinheiro para cuidar das pessoas.



O Ceará cumpriu o limite mínimo de gastos com ações e serviços públicos de saúde.

R\$ 5,1 bilhões → 15,7%
valor aplicado Que representa da receita



Esse percentual supera os 12% previstos em lei

O governo cearense aplica dinheiro em serviços realizados pelos consórcios públicos de saúde dos quais participa. Em 2024, houve uma queda na aplicação de recursos nessa área

R\$ 90,6 milhões
valor aplicado



Queda de 1,1% em relação a 2023

Despesas com pesquisa científica e tecnológica

Os gastos com pesquisa científica e tecnológica são muito importantes para o estado, pois ele se torna mais competitivo e preparado para os desafios.

Em 2024, o Ceará investiu em pesquisa científica e tecnológica um valor maior do que o mínimo exigido.

R\$ 515,1 milhões → 3,3%
valor aplicado Que representa da receita tributária



Esse percentual supera os 2% previstos na Constituição Estadual





4

Gastos realizados, incluindo despesas obrigatórias com saúde e educação, e cumprimento dos limites da LRF

Financiamento ao setor produtivo

A Constituição do Ceará também exige que o governo invista uma parte do dinheiro para ajudar o setor produtivo, como pequenos negócios.

Para isso, o estado usa um fundo especial. O dinheiro é dividido assim:

- 20% vai para ações no interior do estado.
- 10% é reservado para microempreendedores que se encaixam em dois grupos: pessoas com deficiência e mulheres que são as principais responsáveis pelo sustento da família.

O Ceará alcançou a meta estabelecida para fomento do setor produtivo, destinando um total de R\$ 55,8 milhões para empréstimos a este setor.



Investimentos no interior do Estado

R\$26,4 milhões

Representa **47,8%** do valor total

✓ Percentual que supera os 20% para investimentos no interior do Estado

Pessoas com deficiência

R\$1,7 milhão

Mulheres chefes de família

R\$29,6 milhões

R\$ 31,3 milhões → **56,1%**
valor total aplicado que representa do total

✓ Esse percentual supera os 10% de investimentos para microempreendedores com deficiência e mulheres chefe de família

Investimentos

O governo também deve gastar com construção de infraestrutura, equipamentos e instalações, aquisição de imóveis. São os chamados investimentos. Os valores desses investimento estão previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

O governo cearense superou a meta de investimento de 40% prevista na LDO.

Valor aplicado em 2024

R\$ 1,9 bilhões

Que representa

50,5% do valor empenhado





4 Gastos realizados, incluindo despesas obrigatórias com saúde e educação, e cumprimento dos limites da LRF

Dívida consolidada líquida

Quando o governo gasta com bens, serviços e investimentos, ele cria dívidas. Mas, para evitar problemas, ele não pode se endividar mais do que consegue pagar.

É aí que entra a dívida consolidada (ou a dívida consolidada líquida). Para que o governo não se complique com essa dívida, a lei estabelece limites de endividamento que ele deve seguir rigorosamente.

A Dívida Consolidada é formada por todas as obrigações financeiras com prazo de pagamento superior a 12 meses e pelos precatórios judiciais (valores a pagar por ordem da justiça).

Já a Dívida Consolidada Líquida (DCL) é igual a dívida pública consolidada menos o valor registrado no caixa e aplicações financeiras.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias DO previu os limites de R\$ 22,4 bilhões para a Dívida Pública Consolidada e de R\$ 17,8 bilhões para a Dívida Consolidada Líquida.

Existe ainda um limite para a Dívida Consolidada Líquida, que é fixado por resolução do Senado em 200% da Receita Corrente Líquida.

Embora a Dívida Consolidada Líquida tenha crescido 26,32% em relação ao ano anterior, o governo obedeceu aos limites previstos em lei.

Dívida Consolidada 2024

R\$ 12 bilhões



Que representa

33,06%

da Receita Corrente Líquida





4 Gastos realizados, incluindo despesas obrigatórias com saúde e educação, e cumprimento dos limites da LRF

Receitas e despesas do RPPS

Os servidores públicos do estado são estatutários, o que significa que não contribuem para o INSS, mas sim para um sistema de previdência próprio do estado (o RPPS).

É fundamental que o governo arrecade e repasse o dinheiro corretamente para esse sistema, garantindo que haja recursos para pagar as aposentadorias e pensões de quem já se aposentou.

Veja os principais resultados do Ceará, em 2024, sobre as receitas e despesas do RPPS:

Em relação ao Plano Financeiro, o estado precisou aplicar mais recursos que em 2023.



Aplicou

R\$ 1,0 bilhão



Crescimento de

14,62%

em relação a 2023

O Ceará diminuiu o déficit do PREVMILITAR, que é o Sistema de Proteção Social dos Militares, em relação a 2023.

Déficit de

R\$ 30,7 milhões



Queda de

91,70%

em relação a 2023

O governo reverteu o resultado positivo do ano anterior (as despesas administrativas cresceram mais que as receitas)

Déficit de

R\$ 1,4 milhões



Queda de

109,59%

em relação a 2023



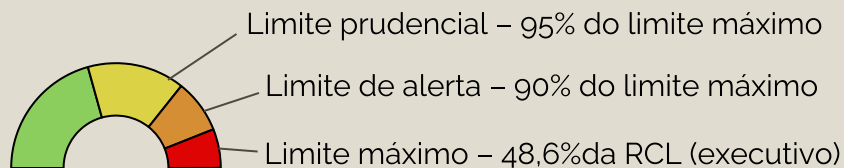


4 Gastos realizados, incluindo despesas obrigatórias com saúde e educação, e cumprimento dos limites da LRF

Limites de despesas com pessoal

Uma das maiores despesas do governo é com o pagamento de servidores. Como a receita do governo é limitada, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) define limites claros para o quanto pode ser gasto com a folha de pagamento.

Esses limites estão associados aos valores da Receita Corrente Líquida (RCL). Veja como eles se comportam:



Quando o governo atinge esses limites de gastos com pessoal, ele é obrigado a tomar medidas para reduzir suas despesas.

Veja o resultado do Ceará em 2024 sobre esse tema:

A Receita Corrente Líquida (2024) apresentou crescimento em relação ao ano anterior (2023).



Receita Corrente Líquida 2024
R\$ 36,4 bilhões



Crescimento de
↑ 13,7%
em relação a 2023



RCL crescente indica melhor situação financeira

As despesas com pessoal estiveram mais controladas em 2024. Os gastos não alcançaram nenhum dos limites.

Os gastos com despesa de pessoal em 2024 atingiram

43,56% da Receita Corrente Líquida



Esse percentual está abaixo dos limites máximo (48,56%), prudencial (46,17%) e de alerta (43,74%)



4

Gastos realizados, incluindo despesas obrigatórias com saúde e educação, e cumprimento dos limites da LRF

Limites do teto de gastos

Para manter as finanças em ordem, o governo precisa garantir que os gastos não cresçam mais do que a arrecadação de dinheiro.

Ou seja, é preciso ter um controle para que o aumento das despesas seja parecido com o aumento das receitas.

Por isso, em 2016, a Constituição do Ceará criou um novo sistema, conhecido como "teto de gastos".



O teto de gastos limita a despesa pública.

Esse sistema estabeleceu limites para as despesas do governo que devem ser seguidos por 10 anos, garantindo que o crescimento dos gastos acompanhe o crescimento das receitas.

O limite para 2024 é a despesa primária corrente paga em 2016, incluindo os restos a pagar pagos, com algumas deduções, corrigida pelo IPCA ou por 90% da variação da Receita Corrente Líquida (Lei de Diretrizes Orçamentárias).

O Ceará não ultrapassou o limite de gastos em 2024.

Gastou **R\$ 16,7 bilhões** → Utilizou **92,3%** do limite

Em 2024, o Ceará respeitou o limite de 95% previsto na Constituição Federal.

A relação entre despesas e receitas correntes foi de

91,7%





4

Gastos realizados, incluindo despesas obrigatórias com saúde e educação, e cumprimento dos limites da LRF

Existem ainda outros limites que precisam ser observados. Veja como o Ceará se saiu no cumprimento dessas regras:



Operações de crédito

As Operações de crédito são os empréstimos que o governo faz, tanto dentro do Brasil quanto no exterior, para conseguir dinheiro e financiar seus investimentos e projetos.

Arrecadou **R\$ 882,1 milhões** → que representa **2,43%** da Receita Corrente Líquida



Cumriu os limites previstos em lei

Garantias e contragarantias

Garantia é quando o governo dá uma segurança de que vai cumprir suas obrigações financeiras. Já a contragarantia é uma segurança que o governo exige de quem ele ajudou com a garantia.

Concedeu **R\$ 154,6 milhões** → que representa **0,43%** da Receita Corrente Líquida



Cumriu o limite de 22% da RCL previsto em lei

Resultados primário e nominal

O resultado primário é a diferença entre o dinheiro que o governo arrecada (com impostos, por exemplo) e o dinheiro que ele gasta para oferecer serviços e bens públicos à população.

Resultado primário 2024 **R\$ 22,1 milhões** Superávit primário → Meta da LDO **R\$ 634,1 milhões** Déficit



Cumriu a meta da LDO

Já o resultado nominal é a diferença entre o total de receitas e o total de despesas do governo, incluindo tanto as despesas normais quanto as financeiras (como o pagamento de juros da dívida).

Resultado nominal 2024 **R\$ 2,5 bilhões** déficit → Meta da LDO **R\$ 4,2 bilhões** Déficit



Cumriu a meta da LDO



5 Análise sobre a transparência das ações do governo

A transparência é outro ponto analisado nas Contas do Governador. Ela é importante pois ela permite que o cidadão possa fiscalizar e ajudar a melhorar a gestão pública. Veja como foi a análise sobre esse tema:

O Ceará cumpriu todos os requisitos de transparência na gestão fiscal e no acesso à informação.

100%

Lei de Responsabilidade Fiscal

100%

Decreto n° 10540/2020

100%

Lei de Acesso à informação



O governo também divulgou dados abertos, ou seja, ele disponibilizou dados que podem ser livremente usados, alterados e compartilhados pelos cidadãos.



A quantidade de informações disponibilizadas aumentou em relação ao ano anterior.

Apesar de ser uma boa notícia maior parte desses dados, no entanto, ainda vem de apenas três órgãos: a Secretaria da Fazenda, a Seplag e a CGE. Além disso, alguns dados estão desatualizados.

Dar transparência ao Plano Plurianual (PPA também) é fundamental, afinal é nesse documento que está o planejamento para 4 anos do governo.



Os relatórios de acompanhamento do PPA de 2024 estavam indisponíveis no site da Seplag.



5 Análise sobre a transparência das ações do governo

A transparência também deve ser avaliada quanto aos consórcios públicos, afinal eles lidam com dinheiro de várias cidades ou órgãos.

Os consórcios públicos devem dar transparência na internet e na imprensa oficial a informações como:

- Orçamento: Quanto dinheiro eles têm e como planejam gastar;
- Contrato de rateio: Como cada cidade ou órgão parceiro contribui financeiramente no consórcio; e
- Demonstrações contábeis e fiscais: Relatórios detalhados sobre despesas, dinheiro em caixa, contas a pagar e gastos com pessoal.



7 dos 21 Consórcios deram transparência a todos os documentos exigidos pela lei.

Esse número aumentou em relação ao ano anterior, quando apenas 2 consórcios apresentaram todos os documentos.

E em se tratando de transparência, o PNTP (Programa Nacional de Transparência Pública) é uma iniciativa sempre lembrada.

Os Tribunais de Contas fazem um levantamento anual de todos os portais de transparência dos órgãos públicos do país e determinam o nível de transparência.

96,7% Esse foi o índice de transparência alcançado pelo Governo do estado do Ceará em 2024 no PNTP.

Essa foi a maior classificação alcançada pelo Ceará no PNTP. Com isso, o estado manteve-se no nível Diamante (nível máximo).





6 Cumprimento das recomendações anteriores do TCE Ceará

O TCE Ceará faz recomendações quando aprecia anualmente as contas do governador. O objetivo é sugerir providências que ajudem a melhorar a gestão pública estadual.

Todos os anos o Tribunal examina se essas recomendações estão sendo cumpridas ou não.

Em 2024, o TCE Ceará emitiu o Parecer Prévio nº 239/2024 com várias recomendações para o governo do estado.



A análise técnica mostrou que dentre as recomendações emitidas em 2024, 3 não foram atendidas e 3 ainda estão em fase de implementação pelo governo do estado.

As recomendações do TCE Ceará nas contas de governo só são definidas após a apreciação pelo colegiado que é formado pelos Conselheiros do Tribunal.

E isso é um assunto para o Parecer Prévio!



CONTAS DO GOVERNADOR

EXERCÍCIO 2024

Ufa! Chegamos até aqui! Agora que você já viu um resumo da análise feita pela equipe técnica do TCE Ceará nas Contas de Governo do Ceará de 2024, é hora de conhecer o parecer prévio do Tribunal sobre essas contas.

Mas o que é esse parecer prévio? Ele é o resultado da apreciação feita pelos Conselheiros nas Contas de Governo.

Os Conselheiros dos Tribunais de Contas são como juízes, mas que trabalham focados apenas nas contas públicas.

Eles analisam os documentos enviados pelo Governador e o relatório da equipe técnica do Tribunal. Depois, ouvem o que o Ministério Público de Contas tem a dizer e, só aí, se reúnem para decidir qual será o parecer prévio.

É muito importante que você, cidadão, conheça esse parecer prévio e participe ativamente da fiscalização do uso do dinheiro que é de todos.

Veja a seguir o parecer prévio das Contas do Governador do estado do Ceará de 2024.



TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO CEARÁ



Parecer prévio do TCE Ceará nas Contas do Governador de 2024

Quem é o responsável pelas contas que foram analisadas?



Governador do estado do Ceará
Elmano de Freitas

Quem foi o relator ?



O relator do processo foi o
Conselheiro Ernesto Sabóia

Qual foi o resultado da apreciação do TCE Ceará sobre as contas de 2024?



O TCE Ceará emitiu um **Parecer Prévio favorável à aprovação, com ressalvas.**

Quando ocorreu a votação?



Na sessão plenária do TCE Ceará do dia 19 de agosto de 2025.

Qual o número do processo?



Processo n° 07448/2025-7

O parecer prévio foi "favorável com ressalvas". Isso quer dizer que o TCE Ceará foi favorável a aprovar as contas, mas fez algumas observações importantes.



O TCE Ceará fez **33 recomendações** ao governo. Elas apontam ações para melhorar a gestão do dinheiro público. Confira algumas delas:

Economia e sociedade cearense

Na área da educação, estar atento para garantir que o dinheiro seja usado corretamente nas áreas de "Formação de Recursos Humanos" e "Educação Infantil".

A recomendação é que volte a investir como antes para que todas as atividades dessas áreas sejam realizadas.

Fortalecer políticas públicas específicas e concretas para as áreas que mais precisam de melhorias na segurança.

O objetivo é reduzir a criminalidade e ter resultados mais eficazes.



Orçamento planejado e executado pelo governo

Adotar medidas para usar o dinheiro previsto para programas que ajudam a população a conviver com o Semiárido e minimizar os impactos da seca.

Esforçar-se para seguir o que foi planejado na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), utilizando o o dinheiro para cumprir as metas dos programas e iniciativas previstas.

A Secretaria da Fazenda e a Procuradoria Geral do Estado precisam disponibilizar indicadores que ajudem a entender a situação da Dívida Ativa, como o índice de prescrição da dívida, a efetividade da cobrança e o sucesso dos parcelamentos.

A Secretaria da Fazenda deve continuar a implantar o sistema de custos para ajudar a avaliar e acompanhar a gestão do orçamento, das finanças e do patrimônio, conforme exigido pela LRF.

A Seplag deve criar políticas públicas que usem critérios claros e objetivos, como os índices de desenvolvimento municipal ou humano, para distribuir recursos.

Continuar a adotar ações para aumentar a arrecadação de impostos e combater a sonegação e a evasão fiscal.

Posição financeira, orçamentária e patrimonial do Estado

A Secretaria da Fazenda precisa registrar nas notas explicativas do Balanço Geral do Estado o cálculo das provisões para aposentadorias de longo prazo, juntamente com a avaliação de um especialista.

A Seplag deve incluir o Metrofor no Orçamento do Estado, pois a empresa é considerada dependente do governo.

A Secretaria da Fazenda deve explicar, nas notas explicativas, o que causou os ajustes feitos em "Ajustes de Exercícios Anteriores", indicando a origem e o motivo de cada mudança. Isso é importante para manter a transparência e cumprir as normas.

A Seplag deve continuar o trabalho de reavaliação dos bens móveis e imóveis do Estado e melhorar os sistemas de controle desses bens. A ideia é atender aos novos padrões da contabilidade pública, mostrando o valor real do patrimônio do Estado.



Verificação dos gastos obrigatórios com saúde e educação e dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal

Tentar conseguir uma contragarantia para as garantias que já foram dadas.

Em futuras operações de crédito, o governo só deve dar novas garantias se também receber uma contragarantia de valor igual ou maior.

Fazer um controle rigoroso na escolha das empresas e na execução dos contratos de gestão.

Verificar a qualidade dos serviços e como o dinheiro está sendo gasto, afinal esses contratos envolvem grandes valores e atividades essenciais que são passadas para empresas privadas.

Tomar medidas para finalizar o processo de extinção da COHAB (Companhia de Habitação do Ceará).

Continuar tomando medidas eficazes para resolver o déficit da previdência e garantir a sustentabilidade do sistema.

Transparência das ações do governo

Melhorar a divulgação de dados no portal de dados abertos.

Melhorar o sistema de dados abertos e aumentar a quantidade de dados disponíveis no Portal da Transparência

Informar o que está acontecendo com as obras paralisadas ou que estão com andamento muito lento.

Disponibilizar o Relatório de Acompanhamento da Execução do PPA 2024 (Plano Plurianual) no site da Seplag.



Para conhecer todas as **recomendações do Parecer Prévio nº 146/2025 das contas do governado 2024**, aponte a câmera do seu celular para o QR code ao lado e acesse o processo completo.





CONSELHEIROS

Presidente

Rholden Botelho de Queiroz

Ouvidora

Patrícia Lúcia Mendes Saboya

Corregedor

Edilberto Carlos Pontes Lima

Vice-presidente

José Valdomiro Távora de Castro Júnior

Conselheiro - Diretor-Presidente do Instituto Plácido Castelo

Ernesto Saboia de Figueiredo Júnior

Conselheiros

Onélia Maria Moreira Leite de Santana
Soraia Thomaz Dias Victor

Conselheiros Substitutos

David Santos Matos
Itacir Todero

Conselheiros Substitutos

Manassés Pedrosa Cavalcante
Fernando Antonio C. L. Uchôa Junior

Conselheiros Substitutos

Paulo César de Souza

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCE CEARÁ

Procurador-Geral de Contas

José Aécio Vasconcelos Filho

Procuradores de Contas

Alexandre Eduardo de Sousa Lemos
Cláudia Patrícia Rodrigues Alves Cristino
Gleydson Antônio Pinheiro

Procuradores de Contas

Júlio César Rola Saraiva
Leilyanne Brandão Feitosa

CORPO DIRETIVO

Secretário de Governança

José Auriço Oliveira

Secretário de Sessões

Frank Martins Tavares Filho

Secretário de Ser. Processuais

Fernando Antônio Diogo S. Cruz

Secretário de Controle Externo

Marcel Oliveira Albuquerque

Secretária de Administração

Silvânia de Oliveira Chaves Brilhante

Secretária de Tecnologia Inf.

Maria Cairamir Arruda Braga

Chefe de Gabinete da Presidência

Meiry Mesquita Monte

Chefe da Procuradoria Jurídica

Maysa Cortez Cortez

Controlador

Eugênio de Castro e Silva Men.

Coordenadora de Comunicação Social

Kelly Cristina Caixeta de Castro

Diretor Geral do Instituto Plácido Castelo

Luis Eduardo de Menezes Lima

CRÉDITOS

Secretário de Controle Externo

Marcel Oliveira Albuquerque

Colaboração e Revisão

Alexsandro Gondim Barroso
Derlange Olivera Maia
Francisco Gennison Sales Lins
Maria do Socorro de L. C. Carvalho
Meiry Mesquita Monte

Conteúdo em Linguagem Simples

Valéria Diniz de Miranda
Raimunda Edna Xavier
Assessoria de Qualidade e Inovação

Arte e Diagramação

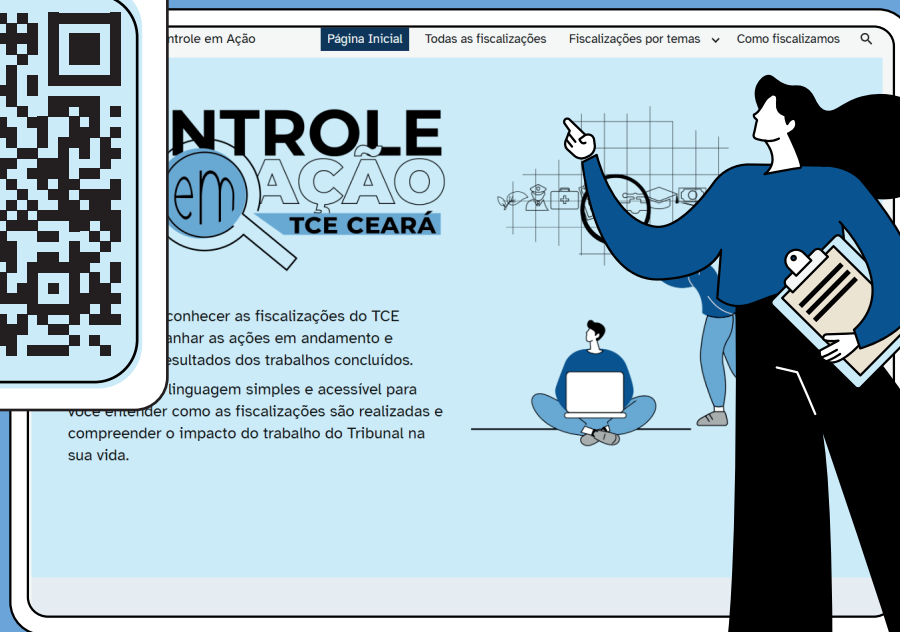
Valéria Diniz de Miranda
Assessoria de Qualidade e Inovação
Jessica Pereira da Silva
Assessoria de Comunicação Social

Conteúdo Técnico

José Edmar Firmino F. Filho
Cléa Sabino de Matos B. Bessa
Paulo Eduardo Juvêncio Neri
Renata Aguiar Sá Faot
Vanessa Aragão de G. Salgueiro
Diretoria de Contas de Governo

**Conheça mais
conteúdos do TCE Ceará em
linguagem simples**

CONTROLE em AÇÃO TCE CEARÁ



Siga as nossas redes sociais

